



UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACC – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS

Estudo de Caso

- **Companhia Distribuidora de Gás do Rio do Janeiro (CEG)**
 - **Companhia de Gás de São Paulo (COMGÁS)**
 - **Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG)**

Uma análise sobre a geração e distribuição da riqueza evidenciando quanto essa riqueza é absorvida pelos impostos estaduais através da Demonstração do Valor Adicionado

VICTOR COSTA MENDONÇA DA SILVA

Rio de Janeiro, Julho/2018.

**Uma análise sobre a geração e distribuição da riqueza – Impostos na DVA –
Demonstração do Valor adicionado – Um estudo de caso**

VICTOR COSTA MENDONÇA DA SILVA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como requisito básico à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Carlos Vieira.

Rio de Janeiro, Julho/2018.

VICTOR COSTA MENDONÇA DA SILVA

BANCA EXAMINADORA:

Aprovado em:

Prof. Msc. Carlos Vieira
M. Sc. em ciências contábeis - FAF/UERJ
Orientador

Profa. Heloisa Siqueira Lordello
M.Sc. em ciências contábeis – FAF/UERJ
Professora Revisora

Prof. Msc. Rafael Bezerra Vieira
M. Sc. em ciências contábeis – FEA/USP
Professor Revisor

Rio de Janeiro, Julho/2018.

Á Deus que sempre me acompanhou em todos os momentos da minha vida.

A minha mãe e familiares que sempre estiveram ao meu lado me aconselhando e me dando todo apoio para que eu tomasse as decisões mais corretas.

A minha namorada Andreza que me acompanhou e esteve ao meu lado em toda essa trajetória.

Aos meus professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro pelo conhecimento que me foi adquirido no curso de Ciências Contábeis.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis foi desenvolvido com a finalidade de verificar quais são os maiores beneficiários na distribuição da riqueza das empresas do setor de distribuição de gás canalizado, evidenciando o impacto que os impostos estaduais possuem sobre elas. Através disso surge a importância do estudo da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) que tem como objetivo demonstrar a riqueza gerada pela empresa e como ocorre essa distribuição para o governo, sociedade, terceiros e acionistas. Para isso foram escolhidas as Companhias Distribuidoras de Gás de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde foram realizadas análises horizontais e verticais sobre as DVAs apresentadas em suas demonstrações financeiras dos anos de 2015, 2016 e 2017. E através dessas análises, pode-se observar claramente a importância dessas empresas para a economia brasileira, as prioridades que elas possuem no momento de distribuir sua riqueza gerada e a relevância do consumo dos impostos estaduais nessas distribuições.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado; Demonstração Financeira; Análise Horizontal e Vertical.

ABSTRACT

This work of completion of Accounting Sciences was developed with the purpose of verifying which are the biggest beneficiaries in the distribution of the wealth of the companies of the piped gas distribution sector, evidencing the impact that the state taxes have on them. Through this, the importance of the study of Value Added Demonstration (DVA) arises, which aims to demonstrate the wealth generated by the company and how this distribution occurs to the government, society, third parties and shareholders. For this purpose, the Gas Distributing Companies of Minas Gerais, Rio de Janeiro and São Paulo were chosen, where horizontal and vertical analyzes were performed on the DVAs presented in their financial statements for the years 2015, 2016 and 2017. And through these analyzes, the importance of these companies for the Brazilian economy, the priorities they have at the moment of distributing their wealth and the relevance of the consumption of state taxes in these distributions.

Key words: Statement of Added Value; Financial Statement; Horizontal and Vertical Analysis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 Escolha do Tema.....	2
2.1 Delimitação do Tema	2
2.2 Problematização do Tema	3
2.3 Objetivos.....	3
3 Justificativas do Trabalho.....	4
3.1 Revisão da literatura.....	4
3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	4
2.5.2 Estrutura da DVA.....	8
2.5.2.1 Geração de Riquezas	10
2.5.2.2 Distribuição do valor adicionado	11
4 Análise Horizontal e Vertical	12
5 Metodologia.....	12
6 Análise e tratamento dos dados	13
6.1 Apresentação dos dados	16
6.2 Análise.....	23
7 Conclusões.....	26
Referências	29

1 INTRODUÇÃO

O mercado de gás no Brasil é bastante peculiar e possui suas particularidades diferentes do mercado de petróleo e os seus derivados. Por tanto o segmento de gás natural é de característica regional, diferente do petróleo e seus derivados que funcionam conforme uma dinâmica de mercado global¹.

Apesar de o Brasil ainda não ter um mercado de gás natural consolidado como em países industrializados, houve grande crescimento do mercado nos últimos anos, principalmente com a implantação do gasoduto Brasil-Bolívia, por conta de políticas públicas que contribuíram para o aumento da oferta de gás nacional (por exemplo, o Programa Queima Zero).

A demanda proveniente do mercado industrial, cogeração, comercial, residencial e automotivo é praticamente estável com poucas oscilações e uma taxa de crescimento estável. Pode-se afirmar que esse é um mercado firme, que consome gás natural ininterruptamente.

Atualmente fala-se bastante sobre os problemas que as diversas empresas instaladas no Brasil sofrem quando se trata de questões tributárias. Empresas com fins lucrativos são criadas com o objetivo de gerarem valores econômicos para manterem suas atividades e darem continuidade a sua existência. Gerando empregos, impostos e contribuindo de alguma forma com o ambiente no qual estão inseridas.

A DVA teve sua origem segundo Cunha e Ribeiro (2003), na Europa, mas encontra-se referência no Tesouro Americano no século XVIII. Seu desenvolvimento na Europa deu-se de uma forma urgente, já que o motivo para essa urgência era a adoção do Imposto sobre o Valor Agregado. A partir dos anos 70 no Reino Unido, a DVA ganhou grande popularidade com a publicação em agosto de 1975 do Corporate Report pelo Accounting Standards Steering Committee, o qual atualmente chama-se Accounting Standards Committee. Esse relatório indicava, dentre outras coisas, a elaboração da DVA para demonstrar os benefícios e esforços que a empresa fez, bem como eles estão divididos pelos empregados, provedores de capital, estado e reinvestimentos.

Essa indicação de elaboração do demonstrativo foi bem aceita pelas entidades. Então o Legislativo do Reino Unido colocou a DVA dentro do relatório, The Future Of Company Reports, de 1977, e hoje ela encontra-se junto com as demais Demonstrações Contábeis.

Nessa evolução, Dalmácio (2004), destaca países como Inglaterra, Portugal, França, Alemanha e Itália, pois se utilizam da DVA, e o motivo está relacionado com a riqueza de informações de caráter econômico e social.

A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda sua implementação na rotina das empresas, por causa das suas virtudes principalmente no sentido de prover uma visão suficiente sobre a real capacidade de produção de riqueza por parte da empresa em adicionar valor em seu patrimônio, e sobre a forma de como é distribuído para os chamados fatores de produção (trabalho, capital próprio ou de terceiros). Também no aspecto macroeconômico a DVA tem destaque, segundo Marion apud Filipin et. al. (2008, p.50), ele ressalta que o somatório dos valores adicionados (ou valores agregados) de um país representa, na verdade, seu Produto Interno Bruto (PIB), e com isso Arnosti (2000, p.12), afirma que a Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da entidade na criação da riqueza global da nação, e a sua contribuição na formação do PIB do país.

Para confirmar essa riqueza de informações geradas pela DVA, Santos apud Filipin et. al. (2008, p.50), relata que em alguns países como a Índia e vários da África, existe uma legislação específica que obriga as novas empresas que queiram se instalar, realizar um estudo que mostre qual o valor adicionado que ela vai gerar se instalando naquela região.

A DVA deve ser entendida segundo Santos (2003, p.35), como sendo “a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade.

Como informações de cunhos sociais são bem importantes para usuários internos quanto externos, a contabilidade criou uma demonstração financeira capaz de demonstrar a geração da riqueza de uma entidade, através de suas atividades principais e secundárias, e de que forma é evidenciada a distribuição dessa riqueza, com isso criou-se a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Importante demonstrativo contábil que após a lei 11.638/07 tornou-se obrigatório para as companhias de capital aberto, porém algumas empresas por motivos que não são obrigatórios também apresentam.

2 Escolha do Tema

2.1 Delimitação do Tema

O tema estudado aborda a análise da demonstração contábil (DVA) em organizações que possuem concessão de distribuição de gás canalizado para três estados da região sudeste que são: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Por se tratarem de empresas que possuem capital aberto com suas ações comercializadas na bolsa de valores (exceto a companhia GASMIG que é de capital fechado, porém elabora a DVA por ter relacionamento com o governo e sente-se na necessidade de elaborar suas demonstrações com maior transparência possível¹), são obrigadas a elaborar e publicar a DVA evidenciando o valor que elas empregam através de suas atividades.

O estudo se limita em analisar as informações prestadas pelas companhias no ano de 2015 a 2017, por serem demonstrações mais recentes e suficientes para se retirar determinadas conclusões.

A pesquisa limita-se apenas em analisar os dados informados pelas companhias, através da análise horizontal e vertical dos dados fornecidos pelas companhias estudadas.

2.2 Problematização do Tema

Este trabalho prosseguirá com as análises da Demonstração do Valor Adicionado das companhias distribuidoras de gás canalizado.

O interesse em relação a essas empresas é o de verificar como é gerada a sua riqueza e como ocorre a sua distribuição, focando na evidenciação da representatividade dos impostos estaduais que consomem essa distribuição da riqueza gerada de acordo com a legislação fiscal de cada estado.

2.3 Objetivos

Objetivo Geral -

O objetivo deste trabalho é analisar a forma com que as companhias escolhidas como objeto de estudo geram sua riqueza e a distribui, e o quanto dessa distribuição de riqueza é consumida pelos impostos estaduais com base no que é evidenciado na Demonstração do Valor Adicionado dessas Companhias Distribuidoras de Gás de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, levando em consideração as demonstrações dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Objetivos específicos –

Verificar como é realizada a distribuição de riqueza, quais são os beneficiários dessa distribuição e qual a proporção do consumo dos impostos estaduais, através dos objetivos específicos que são:

¹ Relatório da Administração & Demonstrações Financeiras 2017/2016, Nota Explicativa 2.1, publicado em Março de 2018.

Analisar como é gerada a riqueza, e como elas são distribuídas.

Analisar quanto o governo consome com os impostos estaduais e através de indicadores econômicos financeiros demonstrar quais são os maiores beneficiários da distribuição da riqueza no decorrer dos três anos analisados.

3 Justificativas do Trabalho

A Demonstração do Valor adicionado junto com o Balanço Social torna-se valiosos demonstrativos para a empresa evidenciar tanto o lado social como econômico, a DVA é definida por Santos *apud* Cunha e Ribeiro (2003, p.5):

A Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.

A comunicação, a identificação e a mensuração dos fatos contábeis e econômicos consubstanciam-se, conforme afirmam Cunha, Ribeiro e Santos (2004), nos três grandes desafios da contabilidade, os quais são contemplados na DVA de maneira única.

A pesquisa é importante para verificarmos o quanto a Demonstração do Valor Adicionado é relevante na transparência de qualquer entidade e o quanto de informações e comparativos pode-se analisar através dela. O tema abordado ainda tem muito que ser explorado, visto que o impacto tributário em cima da distribuição de riqueza das organizações possui muitas complexidades e este trabalho busca auxiliar futuros estudantes na compreensão da distribuição do valor adicionado e o quanto de impacto os impostos estaduais causam nessas organizações.

3.1 Revisão da literatura

3.1.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Os dados para elaboração da DVA são extraídos da contabilidade, principalmente da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), sem que se faça, entretanto, confusão entre

a finalidade de ambas, tendo em vista que o maior propósito da DRE é comunicar a composição dos resultados da empresa aos usuários da contabilidade, bem como sua composição (SANTOS, 2003).

No entendimento de Simonse (199), em qualquer país a melhor maneira de avaliar sua capacidade produtiva que reflete o total de mercadorias e serviços finais produzidos em um determinado período, é através do seu PIB (Produto Interno Bruto).

Estatísticos são preocupados com duplas contagens na hora de medir o PIB, por isso surge à importância de considerar o valor adicionado, pois ele corresponde em linhas gerais o valor que foi adicionado em cada etapa produtiva de acordo com o valor alocado em matérias primas utilizadas. Daí percebe-se duas opções de mensuração do PIB: pelo valor dos bens finais ou pela agregação de dos valores adicionados em cada etapa produtiva.

A fim de evitar que o Produto Nacional seja calculado com duplicidade de produtos e serviços, são computados somente os de consumo final, e não os consumos intermediários realizados durante o processo produtivo. Além disso, a medição do PIB pode ser feita considerando-se o que foi acrescido de valor aos insumos utilizados durante o processo produtivo, caracterizado como valor adicionado (CUNHA, 2002, p.34).

Segundo Simonsen e Cysne (1999),

“Denomina-se valor adicionado em determinada etapa de produção a diferença entre o valor bruto produzido nesta etapa (igual a venda mais acréscimo de estoques) e os consumos intermediários2.”

De Luca (1998, p.28),

“A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração. ”

Santos e Lustosa (1998, p.4) possuem a mesma visão que De Luca,

2- SIMONSEN, Mário Henrique, CYSNE, Rubens Penha. Macro economia. São Paulo: Atlas, 1995 apud SANTOS, Hmenon Carvalho. Análise da demonstração do valor adicionado: um enfoque gerencial. 1999.

“A distribuição do valor adicionado equivale ao conceito macroeconômico de Renda Nacional. A transformação de recursos intermediários em produtos e serviços finais só é possível pelo emprego dos fatores de produção (trabalho, capital, governo, empresa). Em termos gerais, a remuneração destes fatores (salário, juro, aluguel, imposto e lucro) pelas empresas constitui a renda em poder da sociedade, que retorna às empresas tanto na aquisição de seus produtos e serviços como sob a forma de novos financiamentos, reiniciando o ciclo econômico”.

No decorrer dos anos, muitos estudiosos passaram a estudar mais a fundo a DVA e criar definições sobre essa demonstração:

Marion (1999), por exemplo, afirma que:

“A DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, de que forma esta riqueza foi distribuída entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital e o quanto ficou retido na empresa³.”

Martins (1997), dá uma definição mais ampla, afirmando que:

“A DVA é uma explanação de como a empresa criou riqueza e como a distribuiu entre fornecedores de capital, recursos humanos e governo. Vê-se, então, a parte da riqueza criada que cabe aos primeiros na forma de financiadores (via juros e aluguéis), de sócios (via dividendos e lucros retidos) e de detentores de tecnologia (via royalties); aos dos recursos humanos via seus salários, gratificações,

3- MARION, José Carlos. Demonstrações Financeiras/Contábeis: Propostas para alteração da lei das Sociedade por ações. Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis. v.4, n.1, 1999. Rio de Janeiro: UERJ, FAF, 1999.

honorários, participações nos resultados, etc. e, finalmente, ao governo via impostos, diretos e indiretos⁴.”

O valor adicionado é mensurado através das transações econômicas ocorridas dentro dos limites de uma organização, calculando-se a partir do valor de vendas da mesma em determinado período (Cunha, 2002, p.36).

A demonstração do valor adicionado (DVA) é a demonstração usada para evidenciar com transparência o valor gerado pelas corporações, ou seja, o valor adicionado, além da distribuição deste valor aos seus beneficiários (CUNHA, 2002, p.37; TINOCO E MORAES, 2008, p.8).

Em meados dos anos 70 o continente europeu teve seu desenvolvimento impulsionado e precisou cobrar impostos sobre a o valor agregado das empresas europeias, através disso surgiu a DVA, pois seu bojo possui informações de extrema importância para a gestão econômica governamental, já que a instalação de qualquer empresa consome recursos públicos por meio de infraestrutura básica como: asfalto, rede de água e esgoto e até mesmo subsídios. E com isso verificar até mesmo a capacidade de continuidade da empresa.

Em relação a isso, Santos et al (2000) afirmam que:

“Estas remunerações gerarão um fluxo circular através dos consumos das várias entidades, representando suas transações entre as famílias, governos e outras entidades produtoras, e através da parcela não consumida, que irá representar o nível da poupança nacional⁵.”

A DVA não pode ser confundida com a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), por mais que uma complemente a outra, possuem limites definidos, criando informações específicas. A DRE fornece informações mais voltadas para os sócios e acionistas, enquanto a DVA demonstra informações relativas à riqueza gerada pela empresa e o modo como ela distribui essa riqueza entre os empregados, fornecedores, sócios, acionistas

4- MARTINS, Eliseu. Balanço Social: idéia que deve permanecer. Gazeta Mercantil – Brasília, 18 sets 1997. Página A-3 Disponível em : < <http://www.kmpress.com.br/c0918a3a.htm> >

5- SANTOS, Rogério Ferreira, et al. Demonstração do valor adicionado. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000 Goiânia. Anais, Goiás, 2000 p.3.

e o governo, porém ambas se utilizam do regime contábil de competência na apresentação de suas informações.

(Cunha, Ribeiro, & Santos, 2005, p. 10),

Ao contrário da Demonstração do Resultado do Exercício que visa destacar o resultado Líquido do Exercício, a Demonstração do Valor Adicionado considera a contribuição dos agentes econômicos na composição da riqueza e a quem pertence a riqueza gerada. ”Como a DVA evidencia a geração de riqueza pela empresa e sua forma de distribuição aos agentes que colaboraram na sua criação, constitui-se numa visão nova para os trabalhadores sobre o desempenho das entidades”.

2.5.2 Estrutura da DVA

A estrutura da DVA é dividida em três partes, sendo a primeira que trata da geração de riqueza da companhia, demonstrando como essa empresa gerou valor através de suas atividades econômicas; e a segunda demonstra como a riqueza é distribuída entre os agentes econômicos que estão relacionados à entidade.

O modelo do quadro 1 abaixo demonstra como é estruturada a DVA para a parte de geração de riqueza das empresas em geral conforme o CPC 09.

Quadro 1 – Composição da DVA: Geração da Riqueza

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		

Fonte: CPC 09(2008, p.16)

O modelo do quadro 2 abaixo demonstra como é elaborada essa distribuição da riqueza, ou seja, a distribuição do valor Adicionado que segue na ordem de Pessoal (funcionários da empresa, posteriormente o governo através dos impostos, taxas e contribuições pertinentes as atividades da empresa, seguido das remunerações de terceiros e pôr fim a remuneração dos sócios e acionistas da entidade.

Quadro 2- Composição da DVA: Distribuição da Riqueza

8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: CPC 09(2008, p.16)

2.5.2.1 Geração de Riquezas

A DVA possui conceitos referentes à primeira parte de sua demonstração, ou seja, sua geração de riqueza:

1. Receitas: São as decorrentes das atividades operacionais: vendas de produtos ou prestações de serviços;

2. Insumos adquiridos de terceiros: todo material ou serviços adquiridos terceiros, que são necessários para obtenção de receita da entidade. Esse valor precisa ser subtraído das receitas para que não ocorra o erro de dupla contagem.
3. Valor Adicionado Bruto: resultado dado pela diferença entre o valor das receitas e o valor dos insumos adquiridos e consumidos para a geração destas receitas. Representa o que foi agregado aos bens ou serviços vendidos pela empresa.
4. Depreciação: desgaste ou perda dos bens do ativo imobilizado que contribuíram para a geração das receitas. Por exemplo, a redução da vida útil um veículo numa empresa de transporte.
5. Valor Adicionado Líquido: valor agregado pela empresa ao produto ou serviço vendido, já com os descontos, consumos intermediários e a depreciação.
6. Receitas Financeiras: refere-se as receitas provenientes de ganhos financeiros, como juros e descontos, que não representam a receita da atividade fim da empresa.
7. Resultado da Equivalência Patrimonial: ganho ou perda provenientes de atividades não relacionadas a atividade fim da empresa.
8. Resultado Não-Operacional: ganhos ou perdas não provenientes da atividade da empresa.
9. Valor Adicionado: riqueza gerada durante o período. Representa o valor adicionado a distribuir.

2.5.2.2 Distribuição do valor adicionado

Essa segunda parte da DVA demonstra os conceitos dos agentes relacionados à empresa que consomem o valor adicionado:

1. Empregados – recebem parte do valor adicionado, pela remuneração da sua força de trabalho, a qual deve ser dividida em remuneração direta – este tipo de remuneração destina-se diretamente aos funcionários na forma de salários, férias, 13º salário e IR retido na fonte, entre outros. Remuneração indireta – é a remuneração que embora pertencendo ao empregado é destinada à constituição de fundos que poderão ser utilizados tanto no presente como no futuro. Nesse grupo estão os gastos que a empresa faz com FGTS, plano da previdência privada, plano de saúde, etc.

2. Governo – recebe parte do valor adicionado por força de lei, pela remuneração social, política e econômica a qual gera condições da empresa operar na comunidade.
3. Financiadores – recebem parte do valor adicionado pela remuneração do capital investido na empresa sob a forma de empréstimo e financiamentos.
4. Acionistas – recebem parte do valor adicionado pela remuneração do capital próprio investido na entidade que são através de dividendos e lucros retidos.

4 Análise Horizontal e Vertical

A análise horizontal se baseia na comparação entre resultados de um mesmo indicador em relação a períodos anteriores. Ela recebe esse nome, inclusive, porque na maioria das vezes é feita ao dispor diferentes dados um do lado do outro para a comparação. Dessa forma, esse tipo de análise promove uma comparação de valores avulsos, indicando qual foi a evolução em relação a resultados passados.

Já a análise vertical recebe esse nome porque acontece de cima para baixo ou de baixo para cima, indicando resultados em efeito cascata. Esse tipo de análise também pode ser utilizado para identificar a porcentagem de participação de determinado indicador nos resultados⁶.

5 Metodologia

O presente trabalho é uma pesquisa com finalidade descritiva explicativa com bibliográfica documental, já que os levantamentos foram feitos através de fontes primárias e secundárias como livros, artigos, monografias e revistas online.

Como o objeto de estudo são três empresas do ramo de distribuição de gás canalizado para residências, CEG, COMGÁS e GASMIG. Serão analisadas as informações em seus relatórios anuais de demonstrações financeiras que foram extraídos do próprio site de cada instituição estudada e que são demonstradas para informar a situação econômica de cada uma delas.

Foram coletados os dados da DVA de cada uma das empresas citadas levando em consideração os três últimos anos demonstrados que são 2015, 2016 e 2017. E na sequência foi realizada uma análise do desempenho através de comparabilidade dessas informações no decorrer dos anos estudados.

⁶ Site Asseinfo.com.br, Análise Horizontal e Vertical na contabilidade.

6 Análise e tratamento dos dados

O presente estudo de caso leva em consideração as demonstrações financeiras das entidades GASMIG, CEG e COMGÁS nos exercícios de 2015, 2016 e 2017. Sendo analisadas apenas informações que estão apresentadas na DVA de cada ano e que foram publicadas por elas.

Em 15 de Julho de 1986 a CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais criou uma unidade de negócios como uma alternativa energética para o estado. Nascendo a Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG). Que tem como objetivo a distribuição de gás natural canalizado para todo o estado de Minas Gerais.

A Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (“GASMIG”), sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, concessionária de serviço público de gás canalizado, tendo como acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”) e o Município de Belo Horizonte (“MBH”), tem por objetivo a aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, distribuição e comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, diretamente ou por meio de terceiros.

Fundada em 1986, iniciou suas atividades na distribuição de biogás que era extraído da usina que existia no aterro sanitário de Belo Horizonte. Em 1992, a GASMIG iniciou o atendimento a consumidores do segmento industrial por meio da distribuição do gás disponibilizado pela Refinaria Gabriel Passos (REGAP), em Betim. Em 1993 ela passou a operar de forma independente quando assinou o contrato de concessão de distribuição de gás natural com o governo de Minas Gerais. Esse contrato foi renovado no ano de 2015 prorrogando a autorização para distribuição de gás em todo o território mineiro por mais 30 anos até o ano de 2053.

Em 2009 com o objetivo de dar continuidade ao projeto de expansão em Minas Gerais e ampliar sua rede de distribuição de gás natural, o grupo GASMIG, CEMIG e GASPETRO se prepararam para atender o segmento industrial, passando a atender o sul de Minas. Em 2010, o ano foi marcado pela distribuição do gás natural, no parque industrial da região do Vale do Aço, atendendo grandes indústrias como: Vale, Usiminas, Arcelor, Vallourec, entre outras. Atualmente 31.355 unidades consumidoras de seu gás, distribuídos em 35 municípios de Minas Gerais.

A empresa CEG- Rio fundou-se em 1997, e foi privatizada em julho de 1997, passando a ser operada por Gás Natural Fenosa, com o objetivo de distribuir gás canalizado a 65 municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro.

Fundada em 25 de março de 1854, com o nome de Companhia de Iluminação a Gás, a Ceg foi privatizada em julho de 1997 e passou a ter como operador técnico o Grupo Gás Natural. Em 2009, aconteceu a fusão entre a Gás Natural e a Unión Fenosa, surgindo o Grupo Gás Natural Fenosa. Além da ampliação de sua área de atendimento, um dos grandes desafios vencidos pela Ceg foi a conclusão do processo de revisão e conversão do gás manufaturado para gás natural. De 1998 a 2007, a Ceg preparou e converteu toda a cidade do Rio de Janeiro para o uso do gás natural.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede é em Barcelona - Espanha, e está registrada na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

Atualmente ela possui com exclusividade a concessão de exploração de gás e distribuição de gás canalizado, bem como todos os produtos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 28 de julho de 1997 (sua data de privatização), que pode ser prorrogado a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo, ou por apenas essa única vez.

Atualmente a Ceg realiza sua atividade de distribuição de gás natural em 17 municípios com rede de gás natural canalizado e em 02 municípios com GNC, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, atendendo aos mercados residencial, comercial (que inclui pequenos e grandes comércios); Industrial, Postos de Gasolina com o Gás Natural Veicular (GNV) e às Termelétricas.

São eles: Belford Roxo; Duque de Caxias; Guapimirim; Itaboraí, Itaguaí; Magé; Mesquita; Nilópolis; Niterói; Nova Iguaçu; Paracambi; Queimados; Rio de Janeiro; São Gonçalo; São João de Meriti, Seropédica e Japerí.

A empresa COMGÁS, fundou-se em 1872 pela companhia inglesa San Paulo Gás Company e teve inúmeras denominações e proprietários diferentes. Atualmente sendo maior distribuidora de gás natural do país, tendo como objetivo principal a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo.

Fundada em 1872 pela companhia inglesa San Paulo Gás Company recebeu autorização do império para a exploração e da concessão dos serviços públicos de iluminação de São Paulo.

Atualmente é uma Companhia de sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, controlada diretamente pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com a participação de 79,87% e está registrada na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros. Sendo a maior distribuidora de gás canalizado do país possuindo uma rede de mais de 14 mil quilômetros, levando gás natural para mais de 1,7 milhão de consumidores nos segmentos residencial, comercial e industrial, em 88 municípios do Estado. Sua área de concessão abriga cerca de 26% do Produto Interno Bruto do País, abrangendo 177 cidades das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, além da Baixada Santista e do Vale do Paraíba.

Até o presente momento possui o contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado que foi assinado em 31 de maio de 1999. O contrato que regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado possui prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente.

As informações apresentadas em cada DVA são analisadas através de análise socioeconômica vertical e horizontal comparando os dados no decorrer dos três anos.

Conforme Matarazzo (2003, p.249),

“A análise vertical mostra a importância de cada conta em relação à demonstração financeira a que pertence e, através da comparação com padrões dos ramos ou com percentuais da própria empresa em anos anteriores, permitir inferir se há itens fora das proporções normais.”

E para Hoji (2004, p. 279),

“Análise horizontal tem a finalidade de evidenciar a evolução dos itens das demonstrações contábeis por períodos. Calculam-se os números – índices estabelecendo o exercício mais antigo como índice base 100. Pode-se calcular também, os aumentos anuais.”

Ambas as análises se complementam para fornecer as informações da situação atual da empresa e das tendências futuras. Sendo necessário analisá-las em conjunto para que não haja distorções nas informações.

6.1 Apresentação dos dados

As tabelas a seguir representam os dados fornecidos pelas companhias em suas demonstrações financeiras dos anos de 2015 a 2017, onde foi realizada análise horizontal da demonstração financeira DVA, verificando as alterações ocorridas no decorrer dos anos de cada entidade. Posteriormente foi realizada análise vertical da mesma verificando o percentual de cada conta em relação aos recursos gerados e a riqueza distribuída.

Tabela 1: Análise Horizontal – Demonstração do Valor Adicionado GASMIG 2015 -2017

Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG					
Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017					
Em milhares de reais					
	2015	2016	Índice	2017	Índice
RECEITAS	1.723.602	1.478.891	-14%	1.833.183	24%
Fornecimento de gás	1.669.911	1.451.669	-13,07%	1.766.752	21,70%
Outras receitas e despesas	-378	2.402	-735,45%	31.679	1218,86%
(-) Descontos promocionais	-3.198	-7.472	133,65%	-8.041	7,62%
(-) ICMS - substituição tributária	-4.724	-4.949	4,76%	-5.284	6,77%
(-) Provisão para devedores duvidosos	-8	-109	1262,50%	-1.163	966,97%
Receitas de construção	61.999	37.350	-39,76%	49.240	31,83%
Insumos adquiridos de terceiros					
Gás adquirido para revenda	-1.285.141	-1.074.992	-16,35%	-1.317.684	22,58%
Materiais	-1.830	-1.858	1,53%	-1.962	5,60%
Serviços de terceiros	-15.035	-15.987	6,33%	-16.640	4,08%
Outras despesas	-4.146	-5.081	22,55%	-9.657	90,06%
Custos de construção	-61.999	-37.350	-39,76%	-49.240	31,83%
	-1.368.151	-1.135.268	-17,02%	-1.395.183	22,89%
Valor adicionado bruto	355.451	343.623	-3,33%	438.000	27,47%
Retenções					
Amortização do intangível	-46.558	-47.785	2,64%	-49.548	3,69%
	-46.558	-47.785		-49.548	
Valor adicionado líquido gerado	308.893	295.838	-4,23%	388.452	31,31%
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	19.491	15.606	-19,93%	50.542	223,86%
	19.491	15.606		50.542	
Valor adicionado a distribuir	328.384	311.444	-5,16%	438.994	40,95%
Distribuição do valor adicionado	328.384	311.444	-5,16%	438.994	40,95%
Pessoal e encargos					
Remuneração direta	37.059	40.228	8,55%	48.753	21,19%
Benefícios	4.650	5.172	11,23%	5.235	1,22%
FGTS	1.382	1.266	-8,39%	1.446	14,22%
	43.091	46.666	8,30%	55.434	18,79%
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	70.889	52.444	-26,02%	123.059	134,65%
Estaduais	56.044	61.068	8,96%	63.806	4,48%
Municipais	155	241	55,48%	220	-8,71%
	127.088	113.753	-10,49%	187.085	64,47%
Despesas financeiras e aluguéis					
Juros e multas	36.039	37.306	3,52%	32.042	-14,11%
Aluguéis	3.618	4.335	19,82%	2.380	-45,10%
Outros	1.478	11.692	691,07%	12.782	9,32%
	41.135	53.333	29,65%	47.204	-11,49%
Remuneração de capitais próprios					
Juros sobre o capital próprio	53.685	69.191	28,88%	0	-100,00%
Lucros retidos	63.385	28.501	-55,04%	149.271	423,74%
	117.070	97.692	-16,55%	149.271	52,80%
Valor adicionado distribuído	328.384	311.444	-5,16%	438.994	40,95%

Adaptado de GASMIG S.A. (2015 - 2016, p. 6); (2016-2017, p. 42)

Tabela 2: Análise Vertical – Demonstração do Valor Adicionado GASMIG 2015 -2017

Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG						
Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017						
Em milhares de reais						
	2015	Índice	2016	Índice	2017	Índice
RECEITAS	1.723.602	100%	1.478.891	100%	1.833.183	100%
Fornecimento de gás	1.669.911	96,88%	1.451.669	98,16%	1.766.752	96,38%
Outras receitas e despesas	-378	-0,02%	2.402	0,16%	31.679	1,73%
(-) Descontos promocionais	-3.198	-0,19%	-7.472	-0,51%	-8.041	-0,44%
(-) ICMS - substituição tributária	-4.724	-0,27%	-4.949	-0,33%	-5.284	-0,29%
(-) Provisão para devedores duvidosos	-8	0,00%	-109	-0,01%	-1.163	-0,06%
Receitas de construção	61.999	3,60%	37.350	2,53%	49.240	2,69%
Insumos adquiridos de terceiros						
Gás adquirido para revenda	-1.285.141	-74,56%	-1.074.992	-72,69%	-1.317.684	-71,88%
Materiais	-1.830	-0,11%	-1.858	-0,13%	-1.962	-0,11%
Serviços de terceiros	-15.035	-0,87%	-15.987	-1,08%	-16.640	-0,91%
Outras despesas	-4.146	-0,24%	-5.081	-0,34%	-9.657	-0,53%
Custos de construção	-61.999	-3,60%	-37.350	-2,53%	-49.240	-2,69%
	-1.368.151	-79,38%	-1.135.268	-76,76%	-1.395.183	-76,11%
Valor adicionado bruto	355.451	20,62%	343.623	23,24%	438.000	23,89%
Retenções						
Amortização do intangível	-46.558	-2,70%	-47.785	-3,23%	-49.548	-2,70%
	-46.558		-47.785		-49.548	
Valor adicionado líquido gerado	308.893	17,92%	295.838	20,00%	388.452	21,19%
Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	19.491	1,13%	15.606	1,06%	50.542	2,76%
	19.491		15.606		50.542	
Valor adicionado a distribuir	328.384	19,05%	311.444	21,06%	438.994	23,95%
Distribuição do valor adicionado	328.384		311.444		438.994	
Pessoal e encargos						
Remuneração direta	37.059	11,29%	40.228	12,92%	48.753	11,11%
Benefícios	4.650	1,42%	5.172	1,66%	5.235	1,19%
FGTS	1.382	0,42%	1.266	0,41%	1.446	0,33%
	43.091	13,12%	46.666	14,98%	55.434	12,63%
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	70.889	21,59%	52.444	16,84%	123.059	28,03%
Estaduais	56.044	17,07%	61.068	19,61%	63.806	14,53%
Municipais	155	0,05%	241	0,08%	220	0,05%
	127.088	38,70%	113.753	36,52%	187.085	42,62%
Despesas financeiras e aluguéis						
Juros e multas	36.039	10,97%	37.306	11,98%	32.042	7,30%
Aluguéis	3.618	1,10%	4.335	1,39%	2.380	0,54%
Outros	1.478	0,45%	11.692	3,75%	12.782	2,91%
	41.135	12,53%	53.333	17,12%	47.204	10,75%
Remuneração de capitais próprios						
Juros sobre o capital próprio	53.685	16,35%	69.191	22,22%	0	0,00%
Lucros retidos	63.385	19,30%	28.501	9,15%	149.271	34,00%
	117.070	35,65%	97.692	31,37%	149.271	34,00%
Valor adicionado distribuído	328.384	100,00%	311.444	100,00%	438.994	100,00%

Adaptado de GASMIG S.A. (2015 - 2016, p. 6); (2016 - 2017, p. 42)

Tabela 3: Análise Horizontal – Demonstração do Valor Adicionado CEG - RIO 2015 -2017

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG					
Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017					
Em milhares de reais					
Vendas de Gás e de Serviços	2015	2016	Índice	2017	Índice
RECEITAS					
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	4.269.995	3.692.445	-13,53%	4.558.102	23,44%
Outras receitas operacionais	1.933	1.943	0,52%	4.850	149,61%
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	- 8.039	- 14.809	84,21%	- 13.890	-6,21%
Não operacionais	-	1.256		642	-48,89%
	4.263.889	3.680.835	-13,67%	4.549.704	23,61%
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	- 2.781.303	- 2.114.349	-23,98%	- 2.735.095	29,36%
Materiais, energia, serviços de terceiros, e outros operacionais e respectivos impostos	- 533.252	- 583.466	9,42%	- 677.804	16,17%
	- 3.314.555	- 2.697.815	-18,61%	- 3.412.899	26,51%
VALOR ADICIONADO BRUTO	949.334	983.020	3,55%	1.136.805	15,64%
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	- 108.572	- 108.677	0,10%	- 115.824	6,58%
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	840.762	874.343	3,99%	1.020.981	16,77%
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	26.096	42.066	61,20%	24.420	-41,95%
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	866.858	916.409	5,72%	1.045.401	14,08%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	866.858	916.409		1.045.401	
Pessoal					
Remuneração direta	63.523	69.480	9,38%	79.937	15,05%
Benefícios	18.315	20.506	11,96%	22.597	10,20%
F.G.T.S	4.319	4.720	9,28%	5.150	9,11%
	86.157	94.706	9,92%	107.684	13,70%
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	229.548	230.506	0,42%	274.304	19,00%
Estaduais	126.533	134.434	6,24%	181.847	35,27%
Municipais	2.224	1.786	-19,69%	1.983	11,03%
	358.305	366.726	2,35%	458.134	24,93%
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	127.515	153.596	20,45%	130.863	-14,80%
Aluguéis	10.488	10.676	1,79%	9.873	-7,52%
	138.003	164.272	19,04%	140.736	-14,33%
Remuneração de capitais próprios					
Juros S/Capital Próprio	45.452	77.111	69,65%	81.144	5,23%
Dividendos Propostos	28.305	13.008	-54,04%	10.579	-18,67%
Lucros Retidos	210.635	200.585	-4,77%	247.124	23,20%
	284.392	290.704	2,22%	338.847	16,56%
Valor adicionado distribuído	866.857	916.408	5,72%	1.045.401	14,08%

Adaptado de CEG - RIO S.A. (2015 - 2016, p. 14); (2016 - 2017, p. 39)

Tabela 4: Análise Vertical – Demonstração do Valor Adicionado CEG - RIO 2015 -2017

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG						
Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017						
Em milhares de reais						
	2015	Índice	2016	Índice	2017	Índice
Vendas de Gás e de Serviços						
RECEITAS	4.263.889	100%	3.680.835	100%	4.549.704	100%
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	4.269.995	100,14%	3.692.445	100,32%	4.558.102	100,18%
Outras receitas operacionais	1.933	0,05%	1.943	0,05%	4.850	0,11%
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	- 8.039	-0,19%	- 14.809	-0,40%	- 13.890	-0,31%
Não operacionais	-		1.256	0,03%	642	0,01%
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	- 2.781.303	-65,23%	- 2.114.349	-57,44%	- 2.735.095	-60,12%
Materiais, energia, serviços de terceiros, e outros operacionais e respectivos impostos	- 533.252	-12,51%	- 583.466	-15,85%	- 677.804	-14,90%
	- 3.314.555	-77,74%	- 2.697.815	-73,29%	- 3.412.899	-75,01%
VALOR ADICIONADO BRUTO	949.334	22,26%	983.020	26,71%	1.136.805	24,99%
RETENÇÕES						
Depreciação e amortização	- 108.572	-2,55%	- 108.677	-2,95%	- 115.824	-2,55%
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	840.762	19,72%	874.343	23,75%	1.020.981	22,44%
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Receitas financeiras	26.096	0,61%	42.066	1,14%	24.420	0,54%
VALOR ADICIONADO TOTAL A DESTRIIBUIR	866.858	20,33%	916.409	24,90%	1.045.401	22,98%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	866.858	100%	916.409	100%	1.045.401	100%
Pessoal						
Remuneração direta	63.523	7,33%	69.480	7,58%	79.937	7,65%
Benefícios	18.315	2,11%	20.506	2,24%	22.597	2,16%
F.G.T.S	4.319	0,50%	4.720	0,52%	5.150	0,49%
	86.157	9,94%	94.706	10,33%	107.684	10,30%
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	229.548	26,48%	230.506	25,15%	274.304	26,24%
Estaduais	126.533	14,60%	134.434	14,67%	181.847	17,39%
Municipais	2.224	0,26%	1.786	0,19%	1.983	0,19%
	358.305	41,33%	366.726	40,02%	458.134	43,82%
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros	127.515	14,71%	153.596	16,76%	130.863	12,52%
Aluguéis	10.488	1,21%	10.676	1,16%	9.873	0,94%
	138.003	15,92%	164.272	17,93%	140.736	13,46%
Remuneração de capitais próprios						
Juros S/Capital Próprio	45.452	5,24%	77.111	8,41%	81.144	7,76%
Dividendos Propostos	28.305	3,27%	13.008	1,42%	10.579	1,01%
Lucros Retidos	210.635	24,30%	200.585	21,89%	247.124	23,64%
	284.392	32,81%	290.704	31,72%	338.847	32,41%
Valor adicionado distribuído	866.857	100,00%	916.408	100,00%	1.045.401	100,00%

Adaptado de CEG - RIO S.A. (2015 - 2016, p. 14); (2016 - 2017, p. 39)

Tabela 5: Análise Horizontal – Demonstração do Valor Adicionado COMGÁS - SP 2015 - 2017

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS					
Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017					
Em milhares de reais					
	2015	2016	Índice	2017	Índice
RECEITAS					
Receitas de vendas de gás	7.656.569	6.650.195	-13,14%	6.693.939	0,66%
Outras receitas operacionais	42.804	52.316	22,22%	77.352	47,86%
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-20.078	-24.081	19,94%	-18.154	-24,61%
Receita de construção - ICPC 01	408.086	339.025	-16,92%	351.193	3,59%
Outras despesas	-6.116	-26.437	332,26%	-26.423	-0,05%
	8.081.265	6.991.018	-13,49%	7.077.907	1,24%
Custos e despesas					
Custo do gás e transportes	-5.142.732	-3.545.606	-31,06%	-4.070.663	14,81%
Custo de produtos e serviços vendidos	-21.524	-20.325	-5,57%	-24.234	19,23%
Custo de construção - ICPC 01	-408.086	-339.025	-16,92%	-351.193	3,59%
Materiais, serviços e outras despesas	-188.239	-197.041	4,68%	-223.131	13,24%
	-5.760.581	-4.101.997	-28,79%	-4.669.221	13,83%
Valor adicionado bruto	2.320.684	2.889.021	24,49%	2.408.686	-16,63%
Retenções					
Amortizações	-359.927	-389.597	8,24%	-375.396	-3,65%
	-359.927	-389.597		-375.396	
Valor adicionado líquido gerado	1.960.757	2.499.424	27,47%	2.033.290	-18,65%
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	238.620	292.408	22,54%	263.040	-10,04%
	238.620	292.408		263.040	
Valor adicionado a distribuir	2.199.377	2.791.832	26,94%	2.296.330	-17,75%
Distribuição do valor adicionado	2.199.377	2.791.832	26,94%	2.296.330	-17,75%
Pessoal e encargos					
Remuneração direta	129.328	116.632	-9,82%	106.286	-8,87%
Benefícios	29.035	36.623	26,13%	35.871	-2,05%
FGTS	16.102	14.668	-8,91%	13.656	-6,90%
Outros	6.789	7.845	15,55%	10.177	29,73%
	181.254	175.768	-3,03%	165.990	-5,56%
Impostos, taxas e contribuições					
Federais	538.651	721.766	34,00%	548.969	-23,94%
Estaduais	324.724	402.285	23,89%	415.135	3,19%
Municipais	17.775	17.821	0,26%	22.660	27,15%
	881.150	1.141.872	29,59%	986.764	-13,58%
Despesas financeiras e aluguéis					
Juros	341.952	430.163	25,80%	400.319	-6,94%
Aluguéis	17.640	17.824	1,04%	16.270	-8,72%
Outros	78.529	125.106	59,31%	86.866	-30,57%
	438.121	573.093	30,81%	503.455	-12,15%
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos propostos	135.472	70.139	-48,23%	435.988	521,61%
Juros sobre o capital próprio	182.859	165.601	-9,44%	169.197	2,17%
Lucros retidos	380.521	665.359	74,85%	34.936	-94,75%
	698.852	901.099	28,94%	640.121	-28,96%
Valor adicionado distribuído	2.199.377	2.791.832	26,94%	2.296.330	-17,75%

Adaptado de COMGÁS - SP S.A. (2015 - 2016, p. 15); (2016 - 2017, p. 15)

Tabela 6: Análise Vertical – Demonstração do Valor Adicionado COMGÁS - SP 2015 -2017

Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS						
Demonstração do Valor Adicionado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017						
Em milhares de reais						
	2015	Índice	2016	Índice	2017	Índice
RECEITAS	8.081.265	100%	6.991.018	100%	7.077.907	100%
Receitas de vendas de gás	7.656.569	94,74%	6.650.195	95,12%	6.693.939	94,58%
Outras receitas operacionais	42.804	0,53%	52.316	0,75%	77.352	1,09%
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	-20.078	-0,25%	-24.081	-0,34%	-18.154	-0,26%
Receita de construção - ICPC 01	408.086	5,05%	339.025	4,85%	351.193	4,96%
Outras despesas	-6.116	-0,08%	-26.437	-0,38%	-26.423	-0,37%
Custos e despesas						
Custo do gás e transportes	-5.142.732	-63,64%	-3.545.606	-50,72%	-4.070.663	-57,51%
Custo de produtos e serviços vendidos	-21.524	-0,27%	-20.325	-0,29%	-24.234	-0,34%
Custo de construção - ICPC 01	-408.086	-5,05%	-339.025	-4,85%	-351.193	-4,96%
Materiais, serviços e outras despesas	-188.239	-2,33%	-197.041	-2,82%	-223.131	-3,15%
	-5.760.581	-71,28%	-4.101.997	-58,68%	-4.669.221	-65,97%
Valor adicionado bruto	2.320.684	28,72%	2.889.021	41,32%	2.408.686	34,03%
Retenções						
Amortizações	-359.927	-4,45%	-389.597	-5,57%	-375.396	-5,30%
	-359.927		-389.597		-375.396	
Valor adicionado líquido gerado	1.960.757	24,26%	2.499.424	35,75%	2.033.290	28,73%
Valor adicionado recebido em transferência						
Receitas financeiras	238.620	2,95%	292.408	4,18%	263.040	3,72%
	238.620		292.408		263.040	
Valor adicionado a distribuir	2.199.377	27,22%	2.791.832	39,93%	2.296.330	32,44%
Distribuição do valor adicionado	2.199.377		2.791.832		2.296.330	
Pessoal e encargos						
Remuneração direta	129.328	5,88%	116.632	4,18%	106.286	4,63%
Benefícios	29.035	1,32%	36.623	1,31%	35.871	1,56%
FGTS	16.102	0,73%	14.668	0,53%	13.656	0,59%
Outros	6.789	0,31%	7.845	0,28%	10.177	0,44%
	181.254	8,24%	175.768	6,30%	165.990	7,23%
Impostos, taxas e contribuições						
Federais	538.651	24,49%	721.766	25,85%	548.969	23,91%
Estaduais	324.724	14,76%	402.285	14,41%	415.135	18,08%
Municipais	17.775	0,81%	17.821	0,64%	22.660	0,99%
	881.150	40,06%	1.141.872	40,90%	986.764	42,97%
Despesas financeiras e aluguéis						
Juros	341.952	15,55%	430.163	15,41%	400.319	17,43%
Aluguéis	17.640	0,80%	17.824	0,64%	16.270	0,71%
Outros	78.529	3,57%	125.106	4,48%	86.866	3,78%
	438.121	19,92%	573.093	20,53%	503.455	21,92%
Remuneração de capitais próprios						
Dividendos propostos	135.472	6,16%	70.139	2,51%	435.988	18,99%
Juros sobre o capital próprio	182.859	8,31%	165.601	5,93%	169.197	7,37%
Lucros retidos	380.521	17,30%	665.359	23,83%	34.936	1,52%
	698.852	31,77%	901.099	32,28%	640.121	27,88%
Valor adicionado distribuído	2.199.377	100,00%	2.791.832	100,00%	2.296.330	100,00%

Adaptado de COMGÁS - SP S.A. (2015 - 2016, p. 15); (2016 - 2017, p. 15)

6.2 Análise

- GASMIG – MG

A forma com que a companhia gera a sua riqueza, é através do fornecimento de gás para indústrias, pequenos comércios, residencial, automotivo, cogeração termelétrica, conforme suas demonstrações financeiras. Sua distribuição ocorre através do seu quadro de pessoal e encargos, impostos, despesas financeiras e aluguéis, e remuneração de capital próprio.

Com base nos dados apresentados podemos observar que no ano de 2015 a empresa distribuiu apenas cerca de 20% da receita operacional e financeira gerada no exercício, fato dado pelo alto consumo dos insumos adquiridos de terceiros (gás adquirido para revenda; materiais, serviços, custos de construções e outras despesas) e amortização do intangível que juntos subtraíram 80% dessas receitas. No decorrer do ano de 2016 e 2017 a companhia passou a distribuir de 1% a 4% a mais da receita operacional e financeira gerada, fato ocasionado pela diminuição no custo do gás adquirido para revenda, que foi proporcional ao aumento dessa receita em 2016 e 2017 e também por causa das receitas operacionais que aumentaram 24% e as receitas financeiras que tiveram um aumento exorbitante de 224% comparado ao ano anterior, resultando num aumento de 41% do valor adicionado a distribuir.

A parte de pessoal e encargos manteve-se estável na faixa de 12% a 15% da distribuição do valor adicionado aumentando sua participação que antes era de 8% para 19% no período de 2015 a 2017.

O governo teve aumento na sua participação saindo de 39% para 43% no final do período, demonstrando que continua sendo o maior representante no consumo da riqueza distribuída pela entidade.

Dentro desse percentual do governo, os impostos estaduais tiveram variabilidade aumentativa pouco significativa de 2015 a 2016, porém em 2017 a sua parcela diminuiu para 14,5% comparado ao ano anterior onde a parcela era de quase 20%, essa contração ocorreu por causa do incentivo fiscal concedido pelo Estado de Minas Gerais pelo DECRETO 46308, Art. 4º, inciso I ao III, que estimula a realização de projetos esportivos no Estado, deixando o contribuinte descontar até 3% do saldo devedor mensal do ICMS apurado no período até atingir o valor total do incentivo.

As despesas financeiras tiveram variações que aumentaram no ano de 2016 e diminuíram no ano 2017, causando impacto irrelevante no consumo da distribuição da riqueza no período.

Os juros sobre o capital próprio aumentou 29% em 2016, consumindo em 2015 e 2016 a faixa percentual de 16% a 22% do total de riqueza gerada a distribuir, porém não houve remuneração no ano de 2017, pois a companhia transferiu todo o saldo de lucro líquido para a conta lucros retidos, alegando que esses recursos serão mantidos no Patrimônio Líquido na conta "Dividendos Adicionais Propostos" até que a deliberação definitiva seja realizada na Assembleia Geral dos acionistas (GASMIG - MG SA, 2017, pag. 72 e 73).

- CEG – RJ

Com base nos dados apresentados na DVA da companhia CEG-RJ, podemos observar que a sua forma de gerar riqueza, é bem parecida com as outras companhias aqui estudadas, através dos segmentos industriais, comerciais, residenciais, entre outros.

No ano de 2015 a companhia distribuiu apenas 20% da sua riqueza gerada através das receitas operacionais e financeiras. Fato ocasionado pelo alto consumo dos insumos adquiridos de terceiros, que correspondem a 65% das receitas. No decorrer dos anos é notório que essa porcentagem diminui, porém ainda sim continua na faixa dos 57% em 2016 a 60% em 2017. No ano de 2016 as receitas diminuíram 13,5% comparado a 2015, porém a companhia distribuiu 5,7% a mais comparado a 2015. Esse aumento de distribuição ocorreu devido o custo do gás vendido ter sido menos oneroso consumindo 7,8% a menos das receitas, e também pelo aumento significativo das receitas financeiras que aumentaram 61% comparado ao ano anterior, porém no ano de 2017 o cenário tem um retrocesso e por mais que a companhia tenha uma receita operacional de 23,5% a mais do que no ano anterior, os insumos adquiridos de terceiros consumiram 75% dessa receita e as receitas financeiras tiveram um decréscimo de 42% comparado ao ano anterior, fazendo com que a distribuição da riqueza da companhia fosse de apenas 23%.

A parte de pessoal e encargos demonstraram possuir a menor fatia na distribuição da riqueza gerada pela entidade no decorrer dos três anos, pois ficaram estáveis na faixa de 10% do total dessa distribuição.

O governo que possui o maior índice de consumo da distribuição de riqueza da entidade, manteve sua participação entre 40% e 44% no decorrer dos três anos analisados. Os impostos estaduais nos anos de 2015 a 2017 consomem do valor adicionado a distribuir da empresa, aproximadamente 14,6%. No ano de 2016 verificamos que a receita tem uma queda

de 13,5%, na venda de gás, porém aumentam em 61% suas receitas financeiras em relação a 2015, fazendo com que o seu percentual de consumo em relação a riqueza distribuída pela companhia mantenha-se no mesmo índice. Verificamos também que a publicação do governo referente à Lei Complementar 167/2015 vigorando no dia 28 de março de 2016 conforme Resolução SEFAZ-RJ 987/2016, majorando a alíquota do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECF que passa de 1% para 2%, alterando a alíquota que antes era de 18% mais 1% do FECF totalizando 19%, passe a ser 18% mais 2% do FECF totalizando 20%, não impactou na geração de riqueza, devido esse aumento substancial de tributo ser repassado para o consumidor final de gás. Em 2017 a receita aumentou 23,44% em relação ao ano anterior, e devido a Lei Complementar 167/2015 os impostos consumiram 17,4%, ou seja, aproximadamente 3% a mais da riqueza gerada se comparado com o percentual de 14,6% que foi consumido da riqueza gerada pela companhia no ano anterior.

O quadro de remuneração de capital de terceiros que compõe os juros e alugueis, mantiveram-se constante consumindo 16% em 2015, 18% em 2016 e 13% em 2017 devido à baixa de 7,5% no custo do aluguel.

A parte de distribuição do capital próprio, segunda parte que possui maior representatividade no consumo da riqueza distribuída pela companhia, manteve seu percentual estável na faixa de 32% no decorrer dos três anos, ocorrendo variação significativa apenas na participação dos acionistas que diminuíram no decorrer dos três anos analisados.

- COMGAS – SP

A companhia COMGAS também gera sua riqueza, através do seu carro chefe que é a distribuição de gás para os segmentos industriais, comerciais, residenciais, entre outros.

Com base nos dados apresentados, verificamos que em 2015 a companhia distribuiu 27% do total das suas receitas operacionais e financeiras, não podendo ter distribuído mais devido ao custo do gás vendido que subtraiu 64% das receitas operacionais.

No ano de 2016, as receitas operacionais diminuem 13% comparado ao ano anterior, mas suas receitas financeiras aumentam 22,5% e os custos com insumos adquiridos de terceiros diminuem, consumindo apenas 59% das receitas operacionais, ocasionando numa distribuição de 40% das receitas geradas no exercício, aumentando em 12% a fatia em relação as receitas comparado ao ano anterior. Em 2017 o cenário acaba tendo um retrocesso. A receita operacional tem um pequeno aumento, mas seus custos com insumos adquiridos de terceiros aumentam bastante passando a consumir 66% da receita operacional, 7% a mais do que foi consumido no ano anterior. A receita financeira do período manteve-se quase que

constante, porém não foi suficiente para evitar que o valor adicionado a distribuir do período caísse para 29%.

No quadro de distribuição do valor adicionado, a parte de pessoal e encargos compõe o menor percentual de consumo da riqueza gerada pela empresa, podendo ser verificado que esse percentual apenas diminui no decorrer dos três anos analisados.

O governo que possui o maior índice de consumo da distribuição de riqueza da entidade, mantém sua participação constante entre 40% e 43% no decorrer dos três anos analisados. No que tange os impostos estaduais, é possível verificar que nos anos de 2015 e 2017 consome a riqueza a distribuir da empresa em torno de 14% nos anos de 2015 a 2016 e sobe 3% passando para 18% em 2017. Esse aumento de consumo dos impostos estaduais, ocorreu por conta de um aumento em 1º de abril de 2017 na alíquota de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre a venda de gás que foi alterada de 12% para 15% evidenciando o motivo pelo qual a empresa gera uma riqueza menor a distribuir e mesmo assim sofre um maior consumo dessa riqueza pelos impostos estaduais.

A parte de despesas financeiras e alugueis possuem uma razoável representatividade no consumo da riqueza distribuída pela companhia, sendo maior até mesmo que o quadro de pessoal e encargos, onde é possível verificar-se que o índice se mantém constante no percentual de 20% a 22% no decorrer dos três anos analisados.

A parte de remuneração do capital próprio, manteve seu percentual estável na faixa de 32% no decorrer dos anos 2015 e 2016. A participação dos acionistas diminuíra nesse mesmo período, passando de 6% no ano de 2015, para 2,5% no ano de 2016. No ano de 2017 o consumo da riqueza evidenciado pelo quadro remuneração de capital próprio diminui, passando a consumir apenas 28% da riqueza distribuída pela companhia, porém os dividendos propostos aos acionais passam a consumir 19% do que foi gerado, quase cinco vezes mais do que foi pago no ano anterior, esse aumento ocorreu devido ao excesso de reservas de lucros que foram feitas no ano de 2016 e que foram pagos para os acionistas em 02 de março e 07 de novembro de 2017. (GASMIG, 2017, Pag. 56 e 57).

7 Conclusões

O objetivo desse trabalho foi analisar a forma com que as companhias escolhidas como objeto de estudo geram sua riqueza e a distribui, e o quanto dessa distribuição de

riqueza é consumida pelos impostos estaduais com base no que é evidenciado na Demonstração do Valor Adicionado dessas Companhias Distribuidoras de Gás.

Através dos dados analisados nas demonstrações de cada companhia no período de 2015, 2016 e 2017, foi possível verificar o quanto cada uma delas apesar de serem do mesmo ramo de negócio e possuírem a concessão de distribuição de gás nos respectivos estados onde estão instaladas, possuem características e prioridades diferentes nas suas gerações e distribuições de riquezas, além das particularidades que elas possuem quando se trata de incentivos fiscais por parte do estado no qual elas estão instaladas.

Com base nos dados analisados e apresentados neste trabalho, foi possível verificar que as três empresas que foram objeto de estudo, possuem uma trajetória de estabilidade financeira, pois crescem a cada ano e geram uma riqueza considerável para a economia do país e principalmente a do estado em que prestam seus serviços, tanto na parte social gerando empregos e demandando serviços prestados por outras empresas, quanto na contribuição com o governo através do pagamento de impostos.

Quando analisado a parte de distribuição da riqueza na DVA de cada uma delas, verifica-se que a menor fatia dessa distribuição em todas as três companhias analisadas estão na parte de pessoal e encargos que consomem na geração de riqueza da GASMIG a faixa de 12% a 15% no decorrer dos três anos, mesmo ela distribuindo o maior percentual comparado com a CEG que consome a faixa de 10% e a COMGAS que não chega a 10%, diminuindo esse consumo ano após ano, chegando em 7% no ano de 2017.

Em relação aos impostos, é possível verificar que em todas as três companhias, a carga tributária é praticamente a mesma, a soma do impostos federais, municipais e estaduais consomem a fatia de aproximadamente 40% a 43% em todas elas, havendo diferença apenas no que tange os impostos estaduais, pois a GASMIG possui benefício fiscal de ICMS e comparado com as demais, é a que possui o menor consumo de sua riqueza pelos impostos estaduais. Diferente da CEG-RJ e a COMGAS que além de não receberem incentivos, ainda sofrem com o aumento da alíquota do imposto que oneram ainda mais a venda e distribuição do gás, demonstrando a deficiência do governo em olhar para os benefícios fiscais em prol de benefícios sociais para as pessoas e comunidades que compõe o ambiente em que essas empresas estão inseridas.

O quadro de capital de terceiros possui mais representatividade no consumo da distribuição da riqueza do que o quadro de pessoal das três empresas analisadas, isso demonstra que para as companhias estudadas a distribuição da riqueza que é destinada para

seus empregados não é vista como prioridade no presente momento e que precisam melhorar sua gestão das despesas com aluguéis e juros.

A remuneração de capital próprio das três empresas analisadas representa a segunda maior fatia no consumo de suas riquezas, ficando atrás apenas do governo, demonstrando que as três companhias remuneram bem os seus acionistas.

Através desse estudo é possível verificar que as empresas que foram objeto deste trabalho possuem um valor enorme para a economia do país, gerando muitos empregos e atendendo as necessidades de milhares de consumidores de gás natural.

Referências

Bento, Greice Daiana. **TCC, UFBR, 2010, Contabilidade e Gestão no Terceiro Setor: Um estudo bibliométrico em periódicos nacionais.**

Brasil. Lei 11.638/07, 2007.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2007/lei/111638.htm. Acesso em 04 de Julho de 2018.

Balancos da Companhia GASMIG,

Disponível em: <http://www.gasmig.com.br/Institucional/Paginas/Balanco-Anual.aspx>. Acesso em 16 de Julho de 2018.

CFC. Resolução nº 1.138/2008. NBC TG 09 - **Demonstração do Valor Adicionado, 2008.**

Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2008/001138. Acesso em 03 de Junho de 2018.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis 09, de 12 de novembro de 2008. **Demonstração do Valor Adicionado.** Brasília – DF.

Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=40>. Acesso em 05 de Junho de 2018.

Cunha, Jacqueline Veneroso Alves da, Ribeiro, Maisa de Souza, Santos, Ariovaldo dos. **A Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza.** Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, n. 37, p. 7-23, Jan/Abr, 2005.

Contábeis.com.

Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/noticias/27354/icms-rj-nova-aliquota-do-fecp-entra-em-vigor-dia-2803>. Acesso em 13 de Julho de 2018.

COMGAS. Demonstrações Financeiras COMGAS 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017. Companhia de Gás de São Paulo. Rua Capitão Faustino De Lima, 205 134 / Brás, Centro, SÃO PAULO – SP.

CEG-RIO S.A. Demonstrações Financeiras CEG-RIO 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017. Companhia Distribuidora de Gás do Rio do Janeiro. Av. Pedro II, 68 - São Cristóvão, Rio de Janeiro – RJ.

COMGAS. Demonstrações Financeiras COMGAS 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017. Companhia de Gás de São Paulo. Rua Capitão Faustino De Lima, 205 134 / Brás, Centro, SÃO PAULO – SP.

De Luca, M. M. M. **Demonstração do Valor Adicionado**. 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

De Luca, M. M. M. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Eliseu Martins in Brazil. **A importância do balanço social**. Revista Mercado de Capitais, São Paulo, n. 176, p. 12-13, jan./fev. 1999.

Fazenda, M. d., disponível em Ministério da Fazenda:

http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigationrendere_r.jspx?_afLoop=598742279976012&datasource=UCMServer%23dDocName%3AWCC294384&_adf.ctrl-state=mti4p57nr_9. Acesso em 13 de Julho de 2018.

GASMIG. Demonstrações Financeiras GASMIG 31 de Dezembro de 2015, 2016 e 2017. Companhia de Gás de Minas Gerais. Av. do Contorno, 6594 - Lourdes, Belo Horizonte – MG.

HOJI, Massakazu. **Administração Financeira**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

História COMGÁS,

Disponível em: <http://ri.comgas.com.br/ptb/historico>. Acessado em 13 de Julho de 2018.

História GASMIG,

Disponível em: <http://www.gasmig.com.br/Institucional/Paginas/Nossa-Historia.aspx>

Acessado em 17 de Julho de 2018.

História CEG-RIO

Disponível em: <http://ri.comgas.com.br/ptb/2331/613133.pdf>. Acessado em: 13 de Julho de 2018.

Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, M. D. (Jan/Abril de 2005). **A demonstração do Valor Adicionado Como Instrumento de Mensuração da Distribuição da Riqueza**. Disponível em:

<file:///C:/Users/Vitor/Desktop/Faculdade/Monografia/Artigos%20DVA/Artigo%20instrumento%20de%20mensura%C3%A7%C3%A3o%20da%20distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20riqueza.pdf>. Acesso em 25 de Junho de 2018.

Levi, E. D. (2017). Monografia sobre Transparência no Terceiro Setor. **Transparência no Terceiro Setor: Análise da Demonstração do Valor Adicionado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Mendes, André Pompeo do Amaral, Teixeira Cássio Adriano Nunes, Rocio, Marco Aurélio Ramalho, Cupello, Natalia Cintia, Costa, Ricardo Cunha, Dores, Priscila Branquinho. **Mercado de gás natural no Brasil desafios para novo ciclo de investimentos**, BNDES Setorial 42, p. 427-470.

Matarazzo, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2003.

Mendonça, M. A. (2 a 5 de Outubro de 2005). **A Tributação do ICMS na Cadeia do Gás Natural**, 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás:

Disponível em:

<file:///C:/Users/Vitor/Desktop/Faculdade/Monografia/Artigos%20DVA/A%20TRIBUTA%C3%87%C3%83O%20DO%20ICMS%20NA%20CADEIA%20DO%20G%C3%81S%20NATURAL.pdf>. Acesso em 20 de Junho de 2018

Umbelina Cravo Teixeira Lagoa, L. C. (3 a 5 de Outubro de 2001). VIII Congresso Brasileiro de Custos –São Leopoldo, RS, Brasil. **A Demonstração de Valor Adicionado Como Alternativa de Medição do Desempenho Gerencial**.

Disponível em:

<file:///C:/Users/Vitor/Desktop/Faculdade/Monografia/Artigos%20DVA/ALTERNATIVA%20DE%20grifado.pdf>. Acesso em 25 de Junho de 2018.